

ARTIGO | PAPER

AS FOSSAS COMUNS NA ESPANHA – PARA ALÉM DE LUGARES DE MORTE

MASS GRAVES IN SPAIN – BEYOND SITES OF DEATH

Syntia Pereira Alves ^a

^a Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente e coordenadora do curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). E-mail: syntia.alves@gmail.com

RESUMO

As fossas da Guerra Civil Espanhola e das quase quatro décadas do Franquismo foram por muito tempo silenciadas pelo discurso hegemônico do Estado em regime ditatorial e pelo pacto de transição política. Porém, nos últimos vinte anos observa-se uma reconfiguração das fossas comuns como lugares de memória cultural e instrumentos simbólicos de justiça transicional. Nestas se entrelaçam lutos privados e disputas públicas, reivindicações familiares e demandas coletivas por verdade e reparação. Assim, a proposta deste artigo é observar, a partir da história das fossas da Espanha, como essas são lugares de memória, como definiu Pierre Nora, e observar como o papel da população, especialmente famílias de assassinados pelo Franquismo, foram fundamentais para a permanência e ressignificação das fossas.

PALAVRAS-CHAVE

Guerra Civil Espanhola; Franquismo; fossas comuns; lugares de memória.

ABSTRACT

The mass graves of the Spanish Civil War and nearly four decades of Francoism were for a long time silenced by the hegemonic discourse of the state under a dictatorial regime and the political transition pact. However, in the last twenty years, there has been a reconfiguration of these mass graves as places of cultural memory and symbolic instruments of transitional justice. They intertwine private mourning and public disputes, family claims, and collective demands for truth and reparation. Thus, the aim of this article is to observe, through the history of the graves in Spain, how they serve as places of memory, as defined by Pierre Nora, and to examine how the role of the population, especially the families of those murdered by Francoism, has been fundamental to the persistence and re-signification of the graves.

KEYWORDS

Spanish Civil War; Francoism; mass graves; places of memory.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

ALVES, Syntia Pereira. As fossas comuns na Espanha – para além de lugares de morte. *Cadernos do Lepaarq*, v. XXII, n. 44, p. 270 - 286, Jul-Dec, 2025.

Introdução

A Guerra Civil Espanhola (1936 - 1939), foi além de conflito militar, não podendo ser definida simplesmente como um conflito datado entre as duas grandes guerras mundiais (MEIHY, 1996), como definem alguns historiadores (como Antony Beevor e Paul Preston), mas foi um evento que não está resolvido até os dias de hoje e que deixou marcas profundas na sociedade espanhola. As fossas comuns, que surgiram como resultado dos assassinatos durante e após a guerra, tornaram-se, ao longo do tempo, símbolos de uma memória coletiva que ainda espera por reconhecimento e justiça. Silenciadas pelo regime franquista e pelo pacto de silêncio que se seguiu à transição democrática, essas fossas têm emergido como lugares de memória cultural, onde se entrelaçam à dor individual e às lutas coletivas por verdade e reparação. Assim, este artigo se propõe a explorar o significado das fossas da Guerra Civil e do Franquismo, destacando como elas se reconfiguraram em marcos de resistência e insistência na memória.

Para compreender a relevância das fossas, é essencial contextualizar o cenário político que levou à sua criação. A Segunda República Espanhola, proclamada em 1931, foi um período de esperanças e reformas, mas também de profundas divisões sociais e políticas. A ascensão de movimentos nacionalistas e fascistas, como a Falange Espanhola, culminou em um golpe militar liderado por Francisco Franco, que instaurou uma ditadura brutal. Durante este regime, a repressão não se limitou a eliminar opositores políticos; ela buscou apagar a memória de seus legados, promovendo um silêncio ensurdecedor sobre os horrores da guerra e as injustiças cometidas.

As fossas, portanto, não são apenas locais de enterramento, mas também espaços que encapsulam as histórias de vidas perdidas, de dor e de luta. Elas representam um passado que foi deliberadamente ignorado, mas que agora ressurge através da mobilização de familiares, ativistas e organizações que buscam justiça a partir da morte de Francisco Franco, 1975, momento em que se comprehende como o fim da ditadura Franquista. A partir dos anos 2000, com o advento de movimentos sociais e a criação de grupos como a Associação para a Recuperação da Memória Histórica (ARMH), a visibilidade das fossas aumentou, desafiando o silêncio imposto pela narrativa oficial. Este artigo analisa essa transformação, discutindo como as fossas servem como instrumentos de justiça transicional e como elas se tornaram locais de resistência à negação da memória.

Além disso, as fossas se entrelaçam à discussão sobre “memória cultural”, conforme abordado por teóricos como Jan Assmann (2016). A “memória cultural” se refere à maneira como grupos sociais constroem e transmitem suas memórias coletivas, frequentemente mediadas por rituais, monumentos e práticas de homenagem. Neste contexto, as fossas se tornam espaços dinâmicos, onde a memória é constantemente recontextualizada e revitalizada. A luta por reconhecimento e reparação não é apenas uma busca por justiça individual, mas uma afirmação coletiva de identidade e dignidade.

A análise das fossas da Guerra Civil Espanhola e do Franquismo leva à reflexão sobre a importância de reconhecer e preservar esses lugares como elementos centrais na construção de

uma narrativa histórica mais inclusiva e consciente. Ao abordar as fossas como lugares de memória, este artigo busca contribuir para uma compreensão mais profunda das consequências do passado e da necessidade/possibilidade de um futuro onde a verdade e a justiça possam finalmente coexistir em pontos de convergência entre o luto individual e a luta coletiva, reafirmando a importância de manter viva a memória dos que foram silenciados.

Como nascem as fossas em Espanha

Para se compreender não apenas os elementos que compõem a Guerra Civil Espanhola, mas também o que permaneceu na Espanha ao longo dos quase quarenta anos de ditadura franquista, é fundamental remetermo-nos às eleições de 1931. Naquele momento, o país vivia sob a instável monarquia de Afonso XIII, que, sem apoio popular, promoveu uma consulta pública para eleger deputados para a Assembleia Constituinte, eleições nas quais os partidos republicanos conquistaram a maioria dos votos em diversas regiões do país, levando os governos locais a hastear bandeiras republicanas nas Câmaras Municipais. Assim, houve a proclamação da Segunda República Espanhola e a composição de uma nova Constituição para o país. Portanto, é importante colocar que a Segunda República Espanhola (1931–1936) não foi simplesmente proclamada, mas estabelecida a partir de um processo democrático.

Com partidos e sindicatos legalizados, emergiu um movimento vigoroso por mudanças políticas e sociais, incluindo reformas na educação, direitos civis e a separação entre Igreja e Estado. Contudo, o país enfrentava profundas divergências sociais e políticas, e o apoio ao governo democrático não era unânime. Foi nesse contexto que surgiu a Falange Espanhola, um movimento político de orientação nacionalista e fascista. Fundada por José Antonio Primo de Rivera em 1933, tinha como objetivo promover um Estado autoritário, ultraconservador e nacionalista, defendendo valores tradicionais e a unidade da Espanha (conforme Stanley G. Payne). Durante a Guerra Civil Espanhola, a Falange desempenhou papel importante e, posteriormente, apoiou o regime de Francisco Franco.

A Falange Espanhola também esteve envolvida em atividades terroristas, contribuindo para um clima de tensão no país. Sabe-se que em maio de 1936, o general Emilio Mola assinou uma instrução direcionada aos falangistas, na qual afirmava:

Será levado em conta que a ação deve ser extremamente violenta para subjugar rapidamente o inimigo, que é forte e bem organizado. É claro que todos os líderes de partidos políticos, sociedades ou sindicatos não filiados ao movimento serão presos, e punições exemplares serão aplicadas a esses indivíduos para estrangular movimentos de rebelião ou greves. (PRESTON, 2010, p.9)

No dia 18 de julho de 1936, ocorreu a tentativa de golpe liderada por Francisco Franco. No dia seguinte, Mola emitiu uma instrução que marcou o início de uma onda de assassinatos em

massa:

É necessário criar uma atmosfera de terror, deixar um sentimento de dominação, eliminando sem escrúpulos ou hesitação qualquer um que não pense como nós. Devemos causar uma grande impressão; qualquer um que defenda aberta ou secretamente a Frente Popular deve ser fuzilado. (PRESTON, 2010, p.9).

Durante os três anos de Guerra Civil, estima-se que o número de mortos varie entre 100.000 e 130.000, conforme historiadores como Julián Casanova (2004), Francisco Espinosa (2010), Paul Preston (2010) e Thomas Hugh (2004). No entanto, ao considerar o período da ditadura instaurada após o conflito, esses números aumentam de forma significativa, chegando a quintuplicar, como defende Francisco Moreno Gómez (2016).

A política define o destino dos corpos

Quando eles gritavam tanto ‘A guerra acabou, a guerra acabou’, eu também acreditava, porque estávamos fartos de sofrer, de privações e privações; em uma palavra, de morrer de fome. Acontece que a guerra, ou pior que a guerra para nós, começou aqui. (GARCIA SUÁREZ, 2018, p.12)

O novo regime precisava não apenas ser reconhecido como soberano, mas também demandava uma força de trabalho obediente e condescendente. Assim, ao longo dos quase quarenta anos de ditadura franquista, além das mortes físicas que continuaram ocorrendo, instaurou-se uma política sistemática de humilhação dos derrotados e de suas famílias, aliada à escravização de presos políticos e à exploração sistemática do trabalho, o que representou um retrocesso nos direitos trabalhistas conquistados durante a Segunda República. Essa política de repressão e exploração condenou a sociedade espanhola à fome, à miséria e ao sofrimento contínuo. Ao menos 50.000 pessoas foram executadas na década seguinte ao fim da guerra, além de milhares de mortes por fome, doenças e condições precárias em prisões e campos de concentração (CASANOVA, 2004). Esses números refletem a brutalidade do regime franquista e o impacto duradouro de sua repressão sobre a população espanhola, que viveu sob um regime autoritário que buscava consolidar seu poder através do medo, da violência e da supressão de liberdades fundamentais.

À medida em que o golpe de Franco avançava, conquistando cada vez mais cidades e províncias, um aparato repressivo foi sendo instaurado com o objetivo de eliminar fisicamente toda oposição ou potencial oposição à nova ordem. Durante a Guerra e o Pós-Guerra, ocorreram julgamentos militares irregulares, os “Julgamentos Sumários” (CHAVEZ RODRIGUEZ, 2014); contudo, as infraestruturas do futuro Estado espanhol ainda não estavam completamente definidas. Dessa forma, as valas comuns abertas desde 1936 até o final da ditadura não possuem registros documentais claros, e cada uma delas apresenta particularidades distintas. O Estado espanhol, por

meio do Diário Oficial do Estado, regulamentou as exumações de mortos em combate pelo exército franquista, daqueles leais ao golpe e de outros mortos em áreas sob controle republicano, além de estabelecer o registro de suas mortes. A recuperação dos corpos espalhou-se por todo o território e foi levada à justiça franquista.

A partir de 1940, o Departamento de Saúde instituiu um protocolo de exumação que previa a retirada apenas dos corpos considerados “Caídos por Deus e pela Espanha”, com a finalidade de identificá-los oficialmente e reenterrá-los. Essas ações, além de visibilizar a narrativa que convinha ao regime, buscavam também identificar crimes que justificassem a repressão em curso. Zira Box (2010) afirma que havia uma intenção política de afirmação do novo regime por meio dessas medidas. Para os inimigos do golpe, não houve exumação dos corpos nem reconhecimento público de suas identidades. Esses corpos não eram de interesse. A localização de valas e locais de enterramento muitas vezes era conhecida exclusivamente pelos perpetradores. Assim, durante a ditadura, muitas testemunhas ou pessoas que conheciam os locais optaram por manter a memória dessas cenas em privacidade. A confissão da localização, seja por parte dos perpetradores ou por observadores espontâneos, como crianças ou pastores, era comum quando questionados, o que demonstra que, apesar do silêncio imposto, a história permanecia presente de forma oculta. Em outras ocasiões, familiares dos assassinados interrogavam diretamente os perpetradores, que confessavam o local do sepultamento. Esses processos de investigação e comunicação eram totalmente informais, o que explica por que muitas valas, apesar de esforços, nunca foram localizadas (AGUIRRE GONZÁLEZ, 2012, p. 276 – 78). Assim, a política do medo – sistema de controle da Ditadura Franquista – manteve grande parte da população espanhola em silêncio por muitos anos, mesmo após a morte de Franco, em 1975, como será melhor trabalhado mais adiante.

Evitar a perda dessas valas comuns foi uma necessidade primordial nos primeiros momentos após as execuções. Francisco Espinosa afirma que grande parte do silêncio se devia “simplesmente ao medo, medo de lidar com pessoas da Prefeitura ou do Tribunal, e medo de comprometer as pessoas ao pedir testemunhos sobre mortes que todos sabiam, mas ninguém tinha visto”. Essa situação justificaria o fato de alguns corpos terem sido registrados como mortos por causas naturais, hemorragias ou “outras causas” (CASANOVA, 2004, p.104).

Contudo, ao longo das décadas seguintes, a prática de informar, testemunhar e monitorar os vizinhos se tornou uma conduta social comum, uma forma de submeter a população ao controle do regime. Apesar da repressão, inicialmente, as ações de resistência consistiam na colocação de pedras, cruzes e flores nas valas comuns. Nos anos finais da ditadura, os espaços identificados como fossas foram progressivamente cercados, transformando esses locais na materialização física da memória coletiva. Um elemento importante nessa história foi o Dia de Todos os Santos, comemorada pela Igreja Católica no dia primeiro de novembro. Havia uma intenção de impedir que aqueles que discordavam do regime levassem flores aos cemitérios ou túmulos situados em campos controlados pelo Estado. Antes do feriado, patrulhas da Guarda Civil eram posicionadas nas estações ferroviárias próximas, sabendo que viúvas viriam trazer flores, e impediam sua en-

trada. A resistência dessas viúvas, conhecidas como “mulheres de preto”¹, desempenhou papel fundamental na história.

Apesar das dificuldades impostas e do clima de repressão, essas mulheres demonstraram uma resistência significativa, desafiando as tentativas do regime de silenciar e controlar a memória dos desaparecidos. Sua atuação não apenas simbolizou um ato de luto e de protesto, mas também contribuiu para manter viva a memória daqueles que foram mortos e enterrados em valas comuns, mesmo diante do silêncio imposto pelo Estado. Com o início do processo de Transição Democrática na Espanha, no final dos anos 1970, surgiram novas possibilidades de reconhecimento e de ações de memória. A abertura política permitiu que as famílias, organizações e movimentos sociais começassem a reivindicar a identificação, exumação e homenagem aos mortos, rompendo com o silêncio que havia predominado por décadas. Ainda assim, muitas dessas valas permanecem sem identificação, e a luta por justiça e reconhecimento continua sendo uma questão central na história da repressão franquista. Hoje, a memória dessas valas comuns e das vítimas do regime é fundamental para compreender os processos de resistência, memória e justiça na Espanha, reforçando a importância de preservar esses locais como símbolos de resistência e de luta por verdade e reparação.

Transição política e visibilidade das fossas

Ao longo dos anos 1970, a violência permaneceu presente no território espanhol, marcando esse período por episódios de terrorismo, repressão e conflitos internos promovidos pelo próprio Estado, que sustentava uma narrativa hegemônica da ditadura. Por volta de 1977 e nos anos subsequentes, observou-se uma verdadeira explosão dessas práticas, especialmente no contexto de mudanças políticas, envolvendo a realização de exumações em valas comuns. Em 1979, finalmente ocorreram as primeiras eleições multipartidárias, as quais abriram espaço para o desenvolvimento de políticas de memória locais, ainda que o compromisso nacional desses partidos com a “reconciliação” estivesse baseado no esquecimento. É importante destacar que a possibilidade de solicitar licenças para ações nas valas comuns junto às câmaras municipais não implicava necessariamente em financiamento por parte dessas instituições. O financiamento, na maior parte dos casos, vinha dos parentes que se encontravam nos túmulos, os quais desenvolveram redes de solidariedade e resistência para sustentar essas ações. Quanto maior o apoio popular às ações, mais fácil se tornava superar os obstáculos administrativos; e, à medida que mais pessoas participavam das homenagens — até fretando ônibus de várias cidades —, mais se conseguia superar o medo que todos reconheciam sentir e a participação coletiva fortalecia o sentimento de apoio entre os enlutados (AGUIRRE GONZÁLEZ, 2012, p.67).

Tais atos contribuíram para um processo de expansão das exumações – a partir de iniciativas privadas – das fossas comuns, uma vez que a ideia de sua possibilidade se disseminou entre

¹ Sobre as “Mujeres de negro”, ver mais em Mujeres de Negro, Asociación para la Preservación de la Memoria Histórica de La Rioja, ed., *Logroño: Asociación para la Preservación de la Memoria Histórica de La Rioja*, 2011.

outros grupos, caracterizando o caráter informal e difuso do movimento. Por um lado, a lógica da autogestão dessas ações definia-as como práticas coletivas, nas quais os corpos eram exumados e reenterrados de forma conjunta. Esse destino final dos corpos foi fundamental para garantir que o processo de exumação não fosse visto como um fim em si mesmo, mas como uma etapa de uma prática monumental amplamente compreendida. Para muitos, a construção de um monumento era uma condição indispensável, e essa etapa não podia ser dissociada da própria exumação.

Algumas exumações de pessoas assassinadas pelo Franquismo também ocorreram por vontade política, sem a participação direta de familiares, resultando na construção de estruturas específicas para esse fim. Essas ações eram funcionais, ao mesmo tempo em que buscavam conferir um significado político aos corpos em um contexto de confronto violento. O movimento de exumações durante o período de transição despertou o interesse da imprensa sensacionalista nas décadas de 1970 e 1980, ampliando a visibilidade dessas ações e contribuindo para o debate público sobre memória e justiça. Embora a adesão do Governo Espanhol e dos principais partidos políticos a um “pacto de silêncio” tenha resultado na ausência de políticas públicas claras voltadas à memória da Guerra e da Ditadura, desde a década de 1980 surgiram projetos destinados à preservação dessa memória em espaços públicos. Esses esforços, embora limitados, marcaram uma tentativa de manter viva a lembrança de um passado marcado por conflitos e repressões (AGUIRRE GONZÁLEZ, 2012).

No início dos anos 2000, o governo espanhol ainda não havia implementado políticas formais de memória relacionadas à Guerra e à Ditadura. Enrique Díez (2020) destaca que o amplo conteúdo histórico concentrava-se excessivamente na Guerra, o que contribuía para obscurecer o período pós-guerra. Essa abordagem distorce as causas do conflito, apresentando-o como um “conflito entre irmãos” ou uma consequência do “caos da Segunda República”, referindo-se a uma “revolta” em vez de um golpe de Estado. Além disso, alegava-se que a Ditadura era simplesmente “antidemocrática” devido à ausência de “liberdade de expressão”, promovendo uma narrativa equidistante ao afirmar que “ambos os lados causaram o mesmo número de vítimas”. Tal perspectiva obscurecia completamente o papel da Igreja e dos combatentes antifascistas após o conflito, além de não refletir a presença de uma memória pública que continuava centrada nas praças dedicadas aos monarcas. Os defensores do regime franquista permitiram, ao longo dos anos, que algumas estátuas ou monumentos permanecessem, desde que a vontade municipal assim o decidisse.

De fossas silenciadas à lugares de memórias

Em 2002, uma iniciativa importante foi a apresentação de uma queixa às Nações Unidas, fundamentada na Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados, aprovada na resolução 47/133 de 1992². Essa denúncia, embora submetida ao Grupo

² Declaration on the Protection of All Persons from Enforced Disappearance : resolution / adopted by the

de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários, foi indeferida por não possuir jurisdição sobre casos anteriores a 1945. Ainda assim, esse movimento lançou as bases para o uso mais amplo do termo “desaparecido” no âmbito dos Direitos Humanos e das demandas transnacionais por justiça. A partir desse momento, diversas associações civis passaram a realizar exumações por iniciativa própria. Com a chegada do PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) ao governo espanhol em 2004, passou a ser oferecido apoio na forma de subsídios para essas ações privadas. Essa política culminou na promulgação da “Lei da Memória Histórica”, que reconhece e amplia direitos daqueles que sofreram perseguição ou violência durante a Guerra Civil e a Ditadura, estabelecendo medidas específicas para reparação e reconhecimento.

Nos últimos vinte anos, mais de 9.000 pessoas vítimas do Franquismo foram exumadas³, resultado de uma política de desenvolvimento de memórias que, segundo Elisabeth Anstett e Jean Marc Dreyfus (2015), caracteriza-se por uma “virada forense”: a aplicação do conhecimento científico e tecnológico na investigação de crimes, com o objetivo de estabelecer fatos em tribunais criminais. Essa abordagem, que se consolidou por meio de práticas padronizadas para a produção de dados admissíveis em contextos legais, também gerou um novo imaginário social. A “virada forense” está relacionada a uma mudança na percepção dos mortos dentro dos imaginários culturais e políticos contemporâneos, especialmente aqueles moldados pela experiência de violência política. Assim, ela influenciou tanto os processos de exumação quanto a forma como a sociedade os assume.

Os protocolos forenses, baseados na lógica da “virada forense”, envolvem a recuperação de corpos que frequentemente circulam na mídia, destacando tais técnicas por meio de casos reais ou fictícios. Porém, essa representação, além de se alimentar da imagem heroica do perito forense na ficção televisiva, criou grandes expectativas quanto à capacidade das técnicas forenses de identificar e recuperar os corpos dos desaparecidos, reforçando uma confiança renovada no positivismo científico. Esse fenômeno representou, em grande medida, um retorno à esperança de justiça e verdade, especialmente em um momento de profunda crise social e política. No entanto, essa confiança também trouxe consigo uma certa idealização das possibilidades tecnológicas, que nem sempre correspondem à complexidade e às limitações reais das investigações forenses.

Ao levar essa questão ao extremo — a ideia de que, sem a presença de familiares, a memória coletiva estaria condenada a desaparecer — podemos refletir sobre o papel fundamental que os parentes mais próximos desempenham na preservação da memória histórica. A ausência de familiares, como filhos, netos ou bisnetos, pode colocar em risco a continuidade dessas memórias, uma vez que a pressão social e institucional muitas vezes depende do envolvimento direto dessas pessoas para que ações de reconhecimento e preservação aconteçam. Assim, a proteção

General Assembly, 1992. Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/158456?v=pdf>

³ “Más de 9.000 cuerpos de víctimas del Franquismo han sido recuperados en 20 años de exhumaciones”, Disponível em: <https://www.publico.es/politica/9-000-cuerpos-victimas-Franquismo-han-sido-recuperados-20-anos-exhumaciones.html>

e o fortalecimento da memória coletiva estão intrinsecamente ligados à mobilização e ao engajamento das famílias e das organizações dedicadas à memória (AGUIRRE GONZÁLEZ, 2012).

No âmbito institucional, a criação de sítios de memória e a regulamentação de valas comuns representam passos importantes na preservação do passado. Na Andaluzia, por exemplo, o Decreto 264/2011⁴ estabeleceu o estatuto do Sítio de Memória Histórica Andaluz e o Catálogo de Sítios de Memória, declarando diversas valas comuns na região como locais de memória. Em Navarra, a Lei Regional 29/2018, de 2018⁵, designou oficialmente certos sítios como memoriais históricos, enquanto no Principado das Astúrias dezenas de monólitos foram instalados em 2010, marcando valas comuns sob o logotipo “Memória Democrática das Astúrias”⁶. Essas ações representam um reconhecimento oficial da importância de preservar esses espaços, contribuindo para a construção de uma narrativa mais plural e democrática sobre o passado.

Ao longo do período da ditadura franquista e durante o processo de transição política, observou-se uma busca, sobretudo por parte dos familiares, em assegurar a continuidade da memória das valas comuns de modo a transcendê-las. Essa dinâmica não se limitava ao luto individual, mas também envolvia a preservação do significado coletivo, político e histórico dessas valas como espaços de memória que deveriam ser reconhecidos pelo conjunto da sociedade. As homenagens realizadas em torno dessas valas evidenciam, em sua dimensão social, como aqueles que as frequentam podem se identificar com as lutas passadas enfrentadas pelos indivíduos ali assassinados. Nesse sentido, destacam-se palavras como: "A todas as mulheres assassinadas que lutaram pela liberdade contra o fascismo. Por vocês, por nós, por todas nós. Criando juntas o futuro, mesmo no meio da noite, ninguém nos deterá"⁷. Reconhecer as fossas comuns como espaços de memória, portanto, não se restringe a uma prática individual ou limitada ao objeto da vala em si, mas envolve intervenções em seu entorno, por meio de homenagens e celebrações.

A vala comum transforma-se em um ponto de encontro, cujo significado histórico revela relações de poder e posicionamentos políticos ao ser visitada, independentemente de haver ou não vínculo familiar com as vítimas. Nesse contexto, a presença da morte nesses eventos, convocados em homenagem às valas comuns que foram objeto de práticas monumentais, manifesta-se como uma derrota, um símbolo de um projeto antifascista não concretizado, ou ainda, como o fracasso tanto das propostas reformistas quanto revolucionárias anteriormente mencionadas. Esses locais podem ser compreendidos sob a noção de esfera pública, como consequência da construção da democracia na sociedade burguesa: é nesse espaço que o privado se torna público. A esfera pública, portanto, representa o espaço no qual essas pessoas, muitas vezes excluídas, reivindicam sua presença e memória.

⁴ Disponível em <https://www.juntadeandalucia.es/boja/2011/158/3>

⁵ Disponível em <https://www.boe.es/buscar/pdf/2019/BOE-A-2019-751-consolidado.pdf>

⁶ Disponível em <https://www.mpr.gob.es/memoriademocratica/mapa-de-fosas/Paginas/visorfosas.aspx?fid=1885>

⁷ Foro por la Memoria de Guadalajara, disponível em <https://www.foroporlamemoria.info/2019/03/las-feministas-alcarrenas-colocan-una-placa-de-homenaje-a-las-fusiladas-por-el-Franquismo>

Os corpos daqueles que hoje visitam as fossas comuns como locais de memória tornam-se uma lembrança viva dos corpos dos assassinados, condenados ao ostracismo, enterrados em túmulos sob monumentos aos quais peregrinam durante suas marchas, partindo dos centros urbanos. Caso uma instituição estatal deseje, esse espaço pode adquirir maior importância simbólica no âmbito das políticas de memória. Tal fato não implica um monopólio, mas evidencia a maior quantidade de meios de produção disponíveis ao Estado para promover práticas monumentais, em contraste com aquelas que devem ser inteiramente autogeridas pela comunidade. Francisco Ferrández tem se dedicado a investigar a dinâmica das fossas comuns e sua significância cultural e política e argumenta que as fossas são emblemas de uma memória que foi negada por décadas, especialmente sob a sombra do Franquismo, que privilegiou uma narrativa de unidade nacional em detrimento da verdade histórica. Este apagamento não apenas omitiu os horrores da guerra civil e da repressão franquista, mas também perpetuou uma cultura de silêncio que dificultou a elaboração do trauma coletivo (FERRÁNDIZ, 2006).

A noção de "lugares de memória" propõe ampliação da compreensão sobre como essas fossas funcionam a partir do argumento de Pierre Nora de que os lugares de memória são espaços onde a memória se torna palpável. Assim, tomando a ideia de Nora, podemos ampliar para a compreensão de que a sua negação ou silenciamento do reconhecimento dos "lugares de memória" pode ser entendido como uma forma de violência simbólica. As fossas comuns, nesse contexto, emergem como locais de resistência à narrativa oficial, tornando-se espaços onde a memória reprimida pode ser ativada e reconhecida. Ao serem exumadas e sinalizadas, essas fossas transformam-se em marcos de memória cultural, permitindo que as gerações atuais e futuras tenham acesso a uma parte importante da história que foi deliberadamente apagada.

Ao associar a ideia de "lugares de memória", conforme propõe Pierre Nora, ao conceito de memória cultural, discutido por Jan Assmann, é possível pensar nas fossas existentes na Espanha, sejam as que já foram identificadas e as que ainda estão, ao menos, por serem reconhecidas como tal, uma interconexão significativa entre espaços físicos e a construção coletiva de identidades. Enquanto Nora enfatiza a materialidade dos lugares como testemunhos de uma memória histórica, Assmann (2016) amplia essa perspectiva ao abordar como grupos sociais constroem e mantêm suas memórias ao longo do tempo, mediadas por rituais e narrativas. Assim, os lugares de memória, como as fossas da Guerra Civil Espanhola, tornam-se não apenas marcos físicos, mas também catalisadores para a memória cultural que ressignifica experiências coletivas.

A memória cultural, discutida por Jan Assmann, refere-se ao modo como grupos sociais constroem e transmitem suas memórias coletivas, frequentemente mediadas por rituais e monumentos. As fossas, inicialmente invisíveis e esquecidas, tornam-se, assim, espaços de memória cultural ao serem recontextualizadas. O trabalho de organizações como a Associação para a Recuperação da Memória Histórica (ARMH) e a pesquisa de antropólogos como Ferrández têm sido fundamentais para trazer essas fossas à luz, desafiando a narrativa do "pacto do esquecimento" que dominou a sociedade espanhola por tantos anos.

Além disso, a intersecção entre memória cultural e justiça transicional é crucial para en-

tender a busca por justiça no contexto espanhol (NORA, 1993 e ASSMANN, 2016). A justiça transicional refere-se a um conjunto de medidas adotadas por sociedades que emergem de regimes autoritários, visando lidar com crimes do passado e promover verdade, justiça e reparação. No caso da Espanha, a falta de um processo formal de justiça transicional, conforme o modelo de países como África do Sul ou Argentina, não impediu que iniciativas de base surgissem. A busca por fossas e a realização de exumações, ritualizações e homenagens coletivas podem ser vistas como uma forma de justiça “de baixo para cima”, que busca não apenas a recuperação dos restos

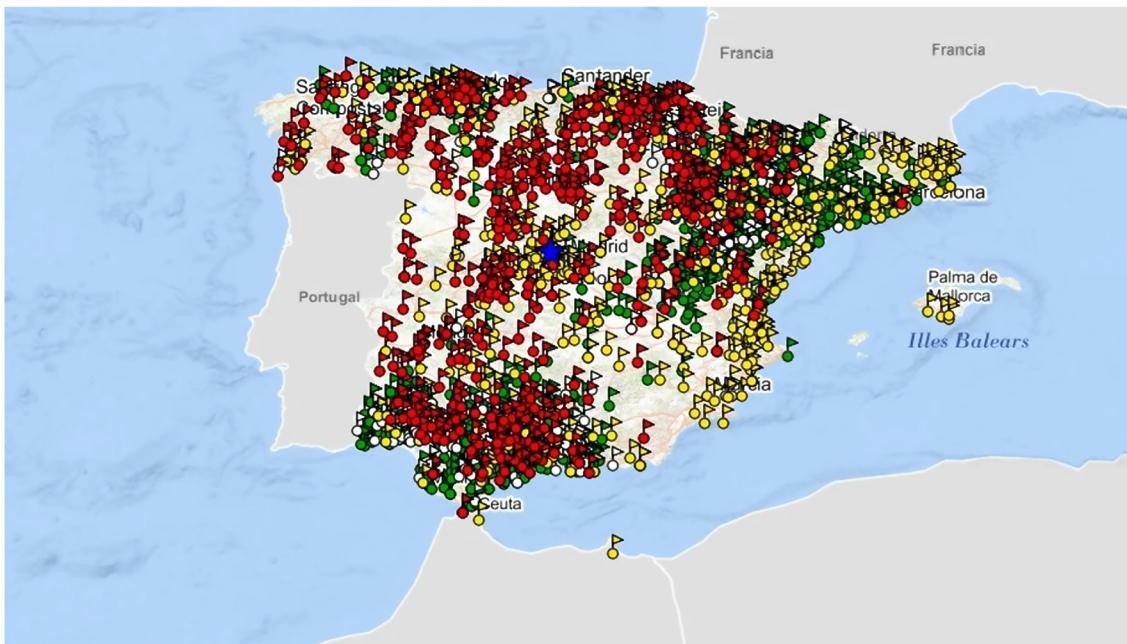


Figura 1: Mapa das fossas comuns da Guerra Civil Espanhola e do Franquismo. Fonte: Ministério da Justiça de Espanha. Disponível em: <https://mptmd.gob.es/portal/memoria-democratica/mapa-de-fosas/busador-mapa-fosas>. Acesso em 25 de outubro de 2025.

mortais, mas também a valorização da memória dos que foram silenciados. Emilio Silva, um dos fundadores da ARMH, e Jo Labanyi (2003) também contribuem para este debate, afirmando que a busca pelas fossas representa uma luta por reconhecimento e pela afirmação de identidades coletivas que foram marginalizadas. A ativação da memória reprimida (ASSMANN, 2016), é uma forma de justiça simbólica que não se limita à mera recuperação dos corpos, mas se expande para a construção de narrativas que desafiam a impunidade e o esquecimento.

Atualmente, o Ministério da Justiça da Espanha tem se dedicado a dar visibilidade às fossas e aos desaparecidos na Guerra Civil Espanhola e durante o Franquismo. Neste sentido, destaca-se o projeto “Ela país de las 6.000 fosas”, iniciativa multimídia que reúne principalmente três componentes: um mapa audiovisual de exumações de vítimas da Guerra Civil Espanhola e da ditadura franquista, um documentário que retrata histórias pessoais das pessoas desaparecidas e um podcast que expande o debate sobre memória histórica. Segundo a página do projeto⁸, sua missão é dar visibilidade às mais de 6.000 fossas comuns espalhadas pelo território espanhol,

⁸ <https://www.rtve.es/noticias/fosas-guerra-civil-franquismo/>

resultado da repressão franquista, e contribuir para o direito à verdade, justiça e reparação das vítimas e suas famílias. Por meio do mapa audiovisual, qualquer pessoa, em qualquer parte da Espanha e do mundo, pode identificar a localização das exumações, conhecer os nomes das vítimas e acessar histórias e objetos que restauram a memória dessas pessoas.

Em termos de dados e informações disponibilizadas, o projeto cita que há milhares de ossadas ainda não identificadas ou exumadas e disponibiliza o mapa sobre exumações realizadas desde os primeiros processos pós-guerra até iniciativas contemporâneas. De acordo com dados recentes divulgados pelo Plano Estatal de Recuperação de Memória Democrática do governo espanhol, cerca de 9.000 corpos de vítimas da Guerra Civil e da ditadura franquista foram exumados nos últimos seis anos, dos quais aproximadamente 6.000 receberam financiamento estatal direto⁹.

A estimativa governamental aponta que ainda restam aproximadamente 11.000 vítimas por recuperar em fossas localizadas, totalizando um universo de cerca de 20.000 corpos nas quais podem ser realizadas exumações. Neste projeto também é revelado que apenas 70 dessas vítimas exumadas foram devolvidas às famílias com identificação genética completa durante esse período¹⁰. Esses números evidenciam tanto o avanço nas políticas de memória e justiça transicional na Espanha quanto os enormes desafios que ainda persistem: a necessidade de identificar, dignificar e dar sepultura adequada a milhares de pessoas ainda enterradas em fossas comuns, muitas delas sem nome, e garantir a verdade e reparação às famílias.

As fossas da Guerra Civil Espanhola e do Franquismo não são um apego ao passado ou um revanchismo dos que perderam, mas, devem ser reconhecidas como lugares de memória. Uma memória desagradável também é uma memória, também compõe o imaginário e a identidade de um grupo social. Assim, as fossas da Espanha não são apenas espaços de luto, mas também locais de resistência e de construção de uma memória coletiva que se opõe ao silenciamento e à negação. O reconhecimento dessas fossas como lugares de memória é, portanto, um passo essencial na busca por justiça e verdade em uma sociedade que ainda vive as consequências de um passado traumático.

Conclusão

Considerar as fossas da Guerra Civil Espanhola e do Franquismo como lugares de memória se faz fundamental para a construção de uma narrativa coletiva que resgata a verdade histórica. Ao longo do texto, foi evidenciado como as fossas, inicialmente silenciadas pela repressão do regime franquista, têm se reconfigurado em marcos de resistência e de luta por justiça. Essa transformação é crucial, pois permite que as gerações atuais e futuras acessem uma parte da história

⁹ https://cadenaser.com/nacional/2025/09/30/mas-de-6000-victimas-de-la-guerra-civil-y-el-franquismo-han-sido-exhumadas-con-fondos-estatales-cadena-ser/?utm_source=chatgpt.com

¹⁰ <https://elpais.com/espana/2025-09-30/el-gobierno-calcula-que-quedan-11000-cuerpos-por-recuperar-en-fosas-del-franquismo>

que foi deliberadamente apagada, promovendo um processo de reconhecimento que desafia a cultura do silêncio.

A análise proposta por Pierre Nora sobre "lugares de memória" complementa a discussão ao enfatizar a materialidade desses espaços como testemunhos de um passado que deve ser constantemente revisitado. As fossas, como locais de enterramento e luto, transcendem a mera condição de sepulturas para se tornarem símbolos de uma memória coletiva que clama por justiça e reparação. Elas são, portanto, espaços que possibilitam a ativação de memórias reprimidas, permitindo que a dor e a perda se tornem parte integrante da identidade cultural da sociedade espanhola.

A intersecção entre memória cultural, conforme discutido por Jan Assmann (2016), também desempenha um papel fundamental nesta luta. Os rituais de homenagem e os esforços para exumar os corpos enterrados nas fossas são práticas que conectam o passado ao presente, permitindo que as memórias coletivas sejam transmitidas e preservadas. Essa dinâmica é essencial para que a sociedade espanhola possa elaborar seu trauma histórico e construir um futuro mais justo e democrático.

A busca por justiça e verdade, embora repleta de desafios, é um reflexo do desejo das famílias e comunidades que perderam entes queridos e que, através de sua luta, se tornam agentes ativos na construção da memória coletiva. O trabalho de organizações como a Associação para a Recuperação da Memória Histórica (ARMH) e as iniciativas de indivíduos como Emilio Silva exemplificam essa luta, revelando a importância de dar voz aos que foram silenciados. Além disso, o conceito de justiça transicional, embora não formalmente implementado na Espanha, emerge como um elemento crucial na busca por reconhecimento e reparação. As práticas comunitárias de exumação e homenagem se configuram como formas de justiça "de baixo para cima", que visam não apenas a recuperação física dos corpos, mas também a valorização da memória dos que foram silenciados. Essa abordagem desafia a narrativa oficial e promove um espaço de diálogo e reflexão sobre o passado, essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente de suas memórias.

Portanto, reconhecer as fossas da Guerra Civil Espanhola e do Franquismo como lugares de memória não é apenas um ato de justiça histórica, mas também um passo fundamental para a construção de um futuro onde a verdade e a reparação possam coexistir. A memória, mesmo quando dolorosa, é uma parte vital da identidade coletiva, e as fossas se tornam locais onde essa memória pode ser honrada e preservada. Assim, a luta por justiça e reconhecimento continua reafirmando a importância de manter viva a memória dos que foram vítimas da repressão e do silêncio, celebrando suas vidas e suas histórias em um contexto de luta pela verdade e dignidade.

Referências Bibliográficas

AGENCIA DE PRENSA ESPAÑA POPULAR, "CINCO HÉROES DEL PUEBLO: 27 septiembre 1975", 2005.

- AGUILAR, Paloma. "Memoria y transición en España. Exhumaciones de fusilados republicanos y homenajes en su honor", in *Historia y Política* 0, n.º 39, 2018: 291-325.
- AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar y PAYNE, Leigh A. *El resurgir del pasado en España: fosas de víctimas y confesiones de verdugos*. Barcelona: Taurus, 2018.
- AGUIRRE GONZÁLEZ, Jesús Vicente. *Aquí nunca pasó nada: La Rioja 1936*. 7.ª ed. Logroño: Ochoa, 2012.
- ÁLVAREZ TARDÍO, Manuel. "Libertad, poder y democracia: un debate trascendental en la España de la Segunda República", in *Historia Contemporánea*, n.º 43, 2012.
- ANSTETT, Élisabeth, y DREYFUS, Jean-marc. "Introduction: Why Exhume? Why Identify?", in ANSTETT, Élisabeth, y DREYFUS, Jean-marc, *Human Remains and Identification, Mass Violence, Genocide, and the 'Forensic Turn'*. Manchester: Manchester University Press, 2015.
- ASSMANN, Jan. "Memória comunicativa e memória cultural", in *História Oral*, 19(1), 115-128, 2016. Disponível em <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/642>
- BAQUERO, Juan Miguel. *Las huellas en la tierra: intervenciones en fosas comunes del franquismo en Andalucía: anuario 2016-2017*. Sevilla: Junta de Andalucía, 2018
- BEEVOR, Antony. *A Batalha pela Espanha: a guerra civil espanhola (1936-1939)*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- BOX, Zira. *España Año Cero: la construcción simbólica del Franquismo*. Madrid: Alianza, 2010.
- BROUÉ, P. Y TÉMINE, E. - *La revolución y la guerra de España*. México, Fondo de Cultura Económica, 1962.
- BROUÉ, Pierre - *A Revolução Espanhola: 1931-1939*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1992.
- CASANOVA, Julián (ed.). *Morir, matar, sobrevivir: La violencia en la dictadura de Franco*. Barcelona: Booket, 2004.
- CHAVES RODRÍGUEZ, Candela. *Justicia militar y consejos de guerra en la Guerra Civil y Franquismo en Badajoz: delitos, sentencias y condenas a desafectos*. (Tesis Doctoral, Universidad de Extremadura, 2014).
- DUEÑAS, Oriol y SOLÉ, Queral "El juez Josep Maria Bertran de Quintana (1884-1960): compromiso político y cementerios clandestinos", in *Hispania* 74, n.º 246, 2014: 151-76.
- DZIUBAN, Zuzanna (ed.) *Mapping the "Forensic Turn": Engagements with Materialities of Mass Death in Holocaust Studies and Beyond*. Vienna: Vienna New Academic Press, 2017.
- ECHEVERRÍA FERNÁNDEZ, Coralia. "Melancolía: un obstáculo al deseo", in *Metaphora*, n.º 3, 2004.
- ESPINOSA MAESTRE, Francisco, *Violencia roja y azul: España, 1936-1950*, Barcelona: Crítica, 2010.
- ETXEBERRIA GABILONDO, Francisco et al. "Antropología del pasado reciente: una fosa común de la Guerra Civil Española en Priaranza del Bierzo (León)", en *Antropología y biodiversidad*, vol 1, 2002: 431-446.
- FERRÁNDIZ, Francisco. "The Return of Civil War Ghosts: The Ethnography of Exhumations in Contemporary Spain", *Anthropology Today* 22, n.º 3, 2006: 7-12.
- FORO POR LA MEMORIA DE GUADALAJARA. "Las feministas alcarreñas colocan una placa de homenaje a las fusiladas por el Franquismo". Foro por la memoria, 3 de abril, 2019, Disponível em

- <https://www.foroporlamemoria.info/2019/03/las-feministas-alcarrenas-colocan-una-platea-de-homenaje-a-las-fusiladas-por-el-Franquismo/>
- FUENTES, Ángeles. "Exhumació i Arqueologia Forense. Els Afusellats a Villamayor de Los Montes (Burgos)", L' Aveç, 2005: 28-30.
- GARCÍA SUÁREZ, Enesida. Mi infancia en el Franquismo: Tiraña, Asturias, 1938. Oviedo: Cambalache, 2018.
- GONZÁLEZ DURO, Enrique. Las rapadas: el Franquismo contra la mujer. Madrid: Siglo XXI de España, 2012.
- GUTIÉRREZ DÍEZ, Enrique Javier. La asignatura pendiente: la memoria histórica democrática en los libros de texto escolares. Madrid: Plaza y Valdés, 2020.
- HUGH, Thomas – La Guerra Civil Española. Barcelona, Ed. Debolsillo, 2004.
- LABANYI, Jo. O reconhecimento dos fantasmas do passado: história, ética, representação. In: REBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (Org.). Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo. Porto: Campo das Letras Editores, 2003.
- LAFUENTE, Isaías. Esclavos por la patria: un antídoto contra el olvido de la historia. Barcelona: Planeta, 2018.
- ESPINOSA MAESTRE, Francisco. Violencia roja y azul: España, 1936-1950. Barcelona: Crítica, 2010.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom – “Guerra Civil Espanhola: um ‘entreguerras’?”, in Revista Olho da História, número 1, 1996, Disponível em: https://repositorio.unb.br/bits-tream/10482/7838/1/2010_CandidaCarolinadeAndradeeSilva.pdf
- MUNERA, Isabel. “Asturias: renace la lucha obrera”, en Del contubernio de Múnich a la huelga minera: 1962, ed. Juan Carlos Laviana, Daniel Arjona, y Silvia Fernández. Madrid: Unidad Editorial, 2006, 46-53.
- MORENO GÓMEZ, Francisco. Los desaparecidos de Franco. Editorial Alpuerto, 2016.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12101/8763>
- PALACIOS GONZÁLEZ, Daniel y SAQQA CARAZO, Miriam. “De la exhumación a la monumentalización: Una perspectiva interdisciplinar sobre la legitimación política en España desde el año 2000”, Amnis. Revue de civilisation contemporaine Europes/Amériques, n.º 18, 2019.
- PRESTON, Paul. “Franco y la represión: la venganza del justiciero”, en Novísima. II Congreso Internacional de Historia de Nuestro Tiempo, ed. Carlos Navajas Zubeldia, Diego Iturriaga Barco. Logroño: Universidad de La Rioja, 2010. _____ La Guerra civil española: reacción, revolución y venganza. Barcelona: Debolsillo, 2004.
- SÁNCHEZ RECIO , Glicerio y TASCÓN FERNÁNDEZ, Julio. “Los empresarios de Franco: Política y economía” en España, 1936-1957. Barcelona: Crítica, 2003.
- RENAUDET, Isabelle. “Mourir en Espagne: ‘Garrot Vil’ et Exécution Capitale Dans l’Espagne Contemporaine”, en L’exécution capitale: Une mort donnée en spectacle, ed. Régis Bertrand y Anne Carol. Aix-en-Provence: Presses universitaires de Provence, 2013.

NÚÑEZ RIVERO, José María Cayetano. “La configuración constitucional del Estado laico en la Segunda República española”, *Laicidad y libertades: escritos jurídicos*, n.º 13 (2013): 201-40.

YUSTA RODRIGO, Mercedes. “El pasado como trauma: Historia, memoria y “recuperación de la memoria histórica” en la España actual”, *Pandora: revue d'études hispaniques*, n.º 12, 2014: 25.

Recebido em: 01/07/2025

Aprovado em: 10/07/2025

Publicado em: 19/12/2025